

impérios ao sol
a luta pelo domínio de África
Lawrence James

Tradução de Susana Sousa e Silva

ÍNDICE

Prefácio	9
Mapas	15
PRIMEIRA PARTE: 1830-1881	19
1. <i>Mission Civilisatrice</i> : a Europa e a África em 1830	21
2. «Vendidos como Galinhas»: A Escravatura e o Tráfico de Escravos	34
3. «A Etiópia Estenderá as Suas Mãos para Deus»: Os Missionários	49
4. Terras do Homem Branco I. A Razia: A Conquista da Argélia	60
5. Terras do Homem Branco II. «Eu sou Amo e Senhor»: A África do Sul	71
6. «Un Vaste Plan d'Occupation»: Abusos e Exploração ...	87
SEGUNDA PARTE: 1882-1918	101
7. «Provocar Um Combate»: Mudança de Regime no Egito e no Sudão, 1882-1889	103
8. «Vontade e Força»: A Partilha, 1882-1914	115
9. «Não Tarda Nada, Será Tudo Cor-de-Rosa»: A Luta pela África Austral, 1882-1914	129
10. «Se Atacamos, Façamo-lo com Mão Pesada»: A Pacificação, 1885-1914	141
11. «Selvagens Brancos»: Corações das Trevas	151
12. «Iremos Aonde nos Conduzirem»: As Missões e os Seus Inimigos	165
13. «As Benesses dos Cristãos são Tóxicas»: O Islão e os Impérios	178

14. «Palmeiras, Flores Enormes, Negros, Animais e Aventuras»: O Impacto de África na Europa	191
15. «A Honra da Raça Dominante»: Atitudes Raciais, Encontros Sexuais e o Futuro de África	204
16. «Lloyd George», «Kitchener», «Sambo» e «Coolie»: África em Guerra, 1914-1918	217
 TERCEIRA PARTE: 1919-1945	 231
17. «Um Entusiasmo Contagante»: A Ascensão do Nacionalismo	233
18. «Força Máxima»: De Novo, a Guerra, 1919-1939 ...	248
19. «Incapazes de se Governar»: África nas Vésperas da Guerra	261
20. «Esperar para Ver»: Desastres Italianos e Traumas Franceses, 1940-1945	276
21. «Tarântulas Negras»: Africanos em Guerra	291
 QUARTA PARTE: 1945-1990	 303
22. «Os Russos Sabem Falar Swahili?»: Agitação Nacionalista e Fantasmas da Guerra Fria na África Britânica, 1945-1957	305
23. «Camarada Nasser, Não se Preocupe!»: O Egito e a Guerra Fria, 1945-1980	319
24. Uma «Horda de Ratos»: A Guerra da Argélia e as Suas Memórias	329
25. «Uma Ganância Insaciável»: A Descolonização e a Guerra Fria	340
26. «O Turbilhão»: O Congo e a Rodésia	353
27. «Abandonaram-nos à Nossa Sorte»: Os Últimos Dias da África Branca	366
 Notas	 385
Bibliografia	399
Agradecimentos	421
Índice Remissivo	423

PREFÁCIO

Este livro expõe as transformações ocorridas em África ao longo dos séculos XIX e XX, uma época em que praticamente todo o continente passou a fazer parte dos impérios globais europeus. Trata-se de uma história sobre os conflitos de poder entre nações e entre governantes e governados. A mudança provocou conflitos, pois foi imposta a partir de cima por estrangeiros que a denominavam progresso e afiançavam que este seria uma fonte de proventos para eles e para os seus súbditos africanos. Alguns assentiram, cooperaram com os invasores e alcançaram a prosperidade, outros resistiram. As guerras de conquista e pacificação arrastaram-se por mais de um século, findando apenas com a subjugação da Abissínia pela Itália, em 1936. O conflito foi sempre um fenómeno endémico em África, mas os europeus entraram no continente levando consigo os avanços mais recentes da tecnologia militar. Na fase inicial da conquista, as metralhadoras representaram uma enorme vantagem para as suas forças e, durante as décadas de 1920 e 1930, espanhóis, franceses e italianos mobilizaram bombardeiros, carros de combate e gás mostarda contra marroquinos, líbios e abissínios. Momentos houve, porém, em que a incompetência dos generais europeus ajudou a equilibrar uma relação de forças que era desigual.

Os estrangeiros também se guerrearam pela conquista e controlo territorial em África. O continente foi arrastado para as duas guerras mundiais que custaram à Alemanha, primeiro, e depois à Itália, as suas colónias. Mais de um milhão de africanos alistaram-se como voluntários ou foram recrutados para combater no exército, muitos em longínquas frentes de combate. Durante a II Guerra Mundial, os soldados negros das colónias britânicas combateram as tropas japonesas na Birmânia, enquanto argelinos e marroquinos serviram ao lado das forças francesas contra os alemães, em Itália e na Europa Ocidental. Os veteranos regressaram a casa orgulhosos, perplexos e zangados. Fora-lhes dito que arriscavam a sua vida pela liberdade universal e em prol de um mundo melhor, mas a ordem imperial

continuava enraizada em África. O desmantelamento dos impérios, depois de 1945, coincidiu com o advento de um novo conflito, a Guerra Fria, e, uma vez mais, a África foi arrastada para uma contenda entre estrangeiros. Os seus atores, os Estados Unidos e a União Soviética e respetivos aliados, financiaram e armaram os movimentos nacionalistas e os jovens estados independentes, e o novo outorgante de poder passou a ser a *Kalashnikov*. Seguiram-se 40 anos de guerras intermitentes por todo o continente, que foi inundado de armamento moderno, russo e norte-americano. Os africanos mais astutos reconheceram os indícios de uma nova «escaramuça» no seu continente, inserida no combate global que opunha o capitalismo democrático ao comunismo. Os rótulos ideológicos mascaravam o que viria a revelar-se uma competição cínica e implacável pelo poder político e económico. Os dois lados relacionavam-se com os novos governantes africanos com base num princípio: «Pode ser um filho da puta, mas é o nosso filho da puta.» As democracias frágeis deterioraram-se, os ditadores prosperaram e as guerras proliferaram. Milhões perderam a vida, muitos vitimados pela fome.

Um dos temas deste livro é o conflito, o outro a reciprocidade. No seu sentido mais lato, a última esteve sempre presente nas atitudes para com África e os seus povos. Por estranho que pareça, Charles de Gaulle, Mussolini, Cecil Rhodes e Nikita Kruchtchev acreditavam que os seus países podiam oferecer um contributo valioso aos africanos. O cariz desta dádiva manifestou-se pela primeira vez na fase de conquista, partilha e anexação, aproximadamente entre 1830 e 1914. Nesse período, os imperialistas britânicos, franceses, alemães e italianos convenceram-se, e aos seus compatriotas, de que se tratava, realmente, de uma partilha dos benefícios morais, culturais, científicos e técnicos das revoluções intelectuais e industriais europeias. Os franceses cunharam a expressão *mission civilisatrice* para descrever a exportação maciça do Iluminismo dos séculos XVIII e XIX. As autoridades eclesíásticas católicas e protestantes concordavam: a conversão dos povos pagãos era essencial para que África entrasse no mundo civilizado. Assim, enquanto os engenheiros construíam caminhos de ferro, os missionários pregavam o Evangelho.

Esta parceria entre a regeneração física e espiritual era adequada para África, representada na imaginação popular como um continente «obscuro». Uma grande parte do seu território permanecia inexplorada e era habitada por povos incapazes de dominar o ambiente em que viviam devido a uma existência aparentemente obscurecida pela ignorância e a superstição.

Uma flagrante simplificação que, no entanto, criou raízes profundas na consciência europeia e cujas consequências teriam um efeito nefasto no modo de imaginar e tratar os africanos. Se era verdade que a História devia ser entendida como uma caminhada progressiva da Humanidade — uma visão largamente aceite na época imperial —, por que razão teriam certos povos ficado para trás? Seria uma consequência de circunstâncias externas complexas ou um fenómeno genético? Esta última explicação remetia para a existência de uma hierarquia de raças biológica e imutável: as origens do racismo moderno remontam à experiência imperial europeia. As muitas provas da capacidade e do engenho da mente africana não afastaram o espetro de uma inferioridade herdada. Os protestos veementes dos missionários acerca da igualdade de todas as almas aos olhos de Deus também não surtiram melhor efeito.

Prodigalizar os frutos do Iluminismo europeu aos africanos foi mais do que um exercício unilateral de filantropia ambiciosa: os africanos tinham algo a dar em troca. Existia uma ideia generalizada de que caminhavam sobre vastos filões de minerais por descobrir e viviam rodeados de florestas e extensões de terra fértil pronta a acolher plantações de borracha, frutos e café. Os recursos africanos, até aí subaproveitados, seriam explorados e o continente seria integrado na rede global da indústria e do comércio. A sua entrada seria apoiada pelos colonizadores brancos, que introduziriam métodos agrícolas científicos e eficientes para cultivar os géneros alimentícios necessários aos mercados europeus. A mão de obra indígena era abundante e barata e o africano gastaria o seu salário em produtos manufaturados pelas unidades industriais europeias — pelo menos era essa a teoria.

À semelhança do processo de subjugação do seu território, também a transformação do africano num trabalhador e consumidor dócil veio a revelar-se uma luta interminável, sobretudo porque os sistemas económicos importados desestabilizaram ou eliminaram os antigos. Os defensores da reciprocidade tendiam a esquecer que a sociedade e os costumes africanos, tal como os europeus, tinham evoluído com vista a satisfazer necessidades e condições locais. Ainda assim, não faltavam indícios de que o africano tinha um grande interesse em usar algodão importado de Lancashire e deslocar-se em bicicletas fabricadas em Birmingham.

Acima de tudo, a nova África precisava de ordem e estabilidade. Para que estas fossem possíveis, era indispensável produzir pacotes legislativos, montar novas estruturas administrativas, formar exércitos e forças policiais, criar um sistema de tributação e garantir a participação ativa dos

africanos. Os dirigentes indígenas, dos mais importantes aos mais insignificantes, conservaram a sua autoridade, embora sob vigilância, e surgiu uma nova classe de africanos, quase todos educados nas missões, a quem foi confiado o exercício das funções mais modestas da administração. Os usos e costumes locais sofreram algumas adaptações. Não obstante os protestos e a pressão dos missionários, o governo queniano rejeitou a proibição da circuncisão feminina. Em Marrocos, as autoridades francesas consentiam a venda de remédios locais potencialmente letais, embora acalentassem a esperança de que os mesmos acabassem por desaparecer quando os marroquinos descobrissem a eficácia dos medicamentos europeus. Mais importantes foram os compromissos assumidos por britânicos e franceses com os príncipes e eclesiásticos muçulmanos. Os primeiros prometeram respeitar o Islão e os segundos aceitaram colaborar com os seus novos amos; alguns teólogos argumentaram que as vitórias dos europeus sobre as tropas muçulmanas traduziam a vontade de Alá, à qual deviam sujeitar-se todos os crentes.

No que diz respeito à escravatura, não houve cedências. Com maior ou menor determinação, as potências imperiais comprometeram-se a erradicar a escravatura e o comércio de escravos em África, que em meados do século XIX era sobretudo praticado por árabes. Tanto eles como os seus ajudantes africanos estavam bem armados e organizados, operando numa grande parte da África Oriental e nas regiões limítrofes do Sara. As estimativas das suas vítimas ascendem a milhões de indivíduos. Na primeira década do século XX, a Grã-Bretanha, a França e a Alemanha tinham suprimido todas as transações comerciais desta natureza, um acontecimento muito menos valorizado pelos historiadores do que a abolição da escravatura do outro lado do Atlântico. Procurei retificar este desequilíbrio.

A escravatura continua a ser um tema controverso e abrange muitas outras questões de ordem moral e emocional da história mundial que têm origem na era imperial. Cinquenta anos após a dissolução dos impérios europeus, africanos e asiáticos continuam a chamar a atenção para as iniquidades cometidas por regimes que lhes eram alheios e alguns reclamam até o pagamento de indemnizações retroativas, embora não seja claro o modo como as mesmas devem ser quantificadas e a quem devem ser pagas. São invocados os conceitos modernos de «genocídio» e de «crimes de guerra» para descrever o que as gerações anteriores denominavam atrocidades. Estas sucederam por toda a parte, especialmente no Congo Belga, gerido como uma empresa, no sentido mais estrito do termo, para recheiar

os bolsos do rei Leopoldo II da Bélgica. Surgiram igualmente queixas sobre as apropriações de terras em regiões africanas colonizadas por europeus, maioritariamente agricultores. À exceção da Argélia, eles foram muito poucos quando comparados com os que emigraram para a América do Norte e a Australásia.

A última parte do livro aborda a descolonização, o processo pelo qual as colónias asseguraram a sua independência e os regimes africanos substituíram os europeus. Os movimentos de libertação foram uma consequência do conceito de reciprocidade, no sentido em que a extensão da civilização incluía providenciar instrução aos africanos e transmitir-lhes os ideais políticos e filosóficos da Europa. Entre estes contavam-se a democracia e as noções de liberdades individuais, que faziam parte das tradições políticas inglesa e francesa. Depois de 1945, os dois países aceitaram o princípio de independência para as suas colónias africanas, convencidos, porém, de que a mesma demoraria entre 30 e 40 anos a concretizar-se, se não mais. A pressão dos norte-americanos e as conveniências da Guerra Fria obrigaram a Grã-Bretanha e a França a acelerarem o processo. A impaciência dos africanos conduziu à luta armada, e o combate dos argelinos deu origem a um dos conflitos mais sangrentos alguma vez travados em África, provocando, pelo menos, um milhão de baixas.

Os acontecimentos na Argélia na década de 1950 e, em menor escala, no Quénia, confirmaram receios anteriores de que a natureza racial da guerra colonial fosse moralmente corruptora a ponto de impelir os europeus a cometerem atos de selvajaria ou levá-los mesmo até à loucura. Este tema perturbador é objeto de análise no capítulo 12. Noutras partes do livro abordo outros aspetos morais do imperialismo, em particular a visão dos africanos que era induzida no cidadão comum. Um exemplo são os «jardins zoológicos humanos» do início do século XIX, que fazem parte do fenómeno imperial tal como as escolas das missões e as medidas contra a malária.

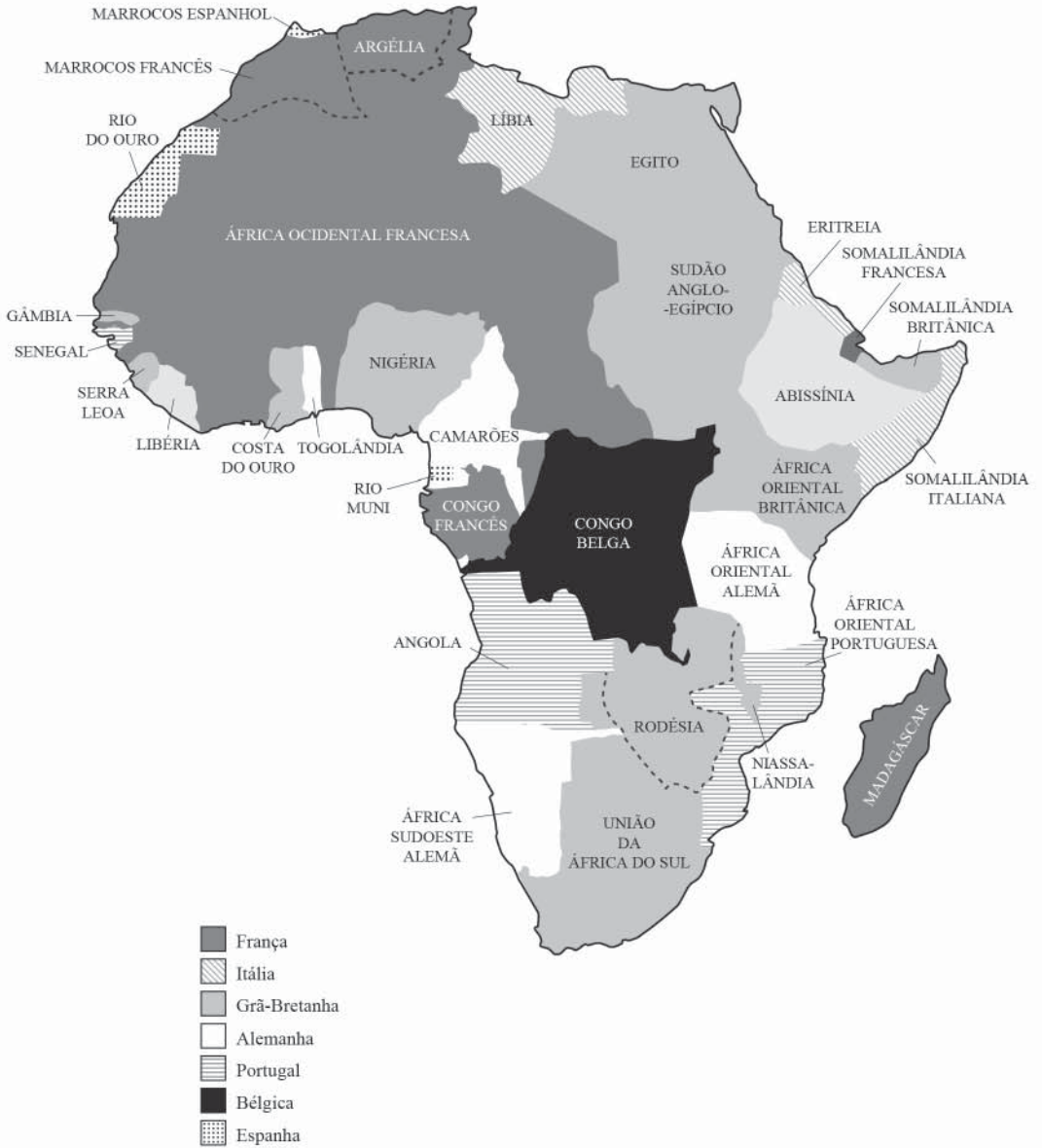
Ao longo do livro procurei evitar o moralismo retroativo e o seu impacto nos dias de hoje, que ressurgem periodicamente: ainda não há muito tempo gerou-se um bilioso debate sobre se a estátua de Cecil Rhodes no Oriel College, em Oxford, que beneficiou da sua generosidade, devia ou não ser retirada. As discussões sobre se os regimes imperiais foram uma bênção ou uma maldição acabam, invariavelmente, por nos dizer o que já sabemos — homens bons podem praticar más ações e homens maus são capazes de gestos nobres e que a predisposição para o vício e a virtude existe

de forma razoavelmente equilibrada em todas as raças. Além do mais, especular sobre o que teria sucedido se não tivesse havido qualquer intervenção de estrangeiros em África pouco mais é do que uma fantasia complacente. O objetivo da História é explicar por que razão os indivíduos se comportaram de uma determinada maneira, o que esperavam alcançar e que consequências daí advieram. Estas ainda hoje se fazem sentir, e, por isso, espero que este livro contribua para uma melhor compreensão das forças que criaram a África moderna.

c. 1850



1914



1945



1990



PRIMEIRA PARTE

1830-1881

Mission Civilisatrice:
A Europa e a África em 1830

|

No dia 14 de junho de 1830, uma armada francesa imobilizou-se ao largo de Argel e bombardeou a cidade. Os homens de infantaria, trajando calção vermelho-vivo, casaca azul e barretina, fizeram-se a terra, galgaram valorosamente as defesas maltratadas e conquistaram as suas ruas em chamas pela força das armas. Argel sucumbiu, para delírio dos patriotas de Paris: a França recuperara a glória de outrora e os seus militares reafirmavam a sua lendária coragem. O *Le Constitutionnel* galvanizou os seus leitores com a história de um *voltigeur** que, após ter sido ferido com gravidade, se recusara a abandonar a frente de batalha para receber tratamento e se precipitara de novo para a refrega. A sua bravura fora por uma boa causa, pois, conforme proclamava o jornal: «O estandarte de França e da civilização drapeja agora no alto das muralhas de Argel, sobre os escombros da antiga barbárie.»

«Argel é nossa, as mulheres, os eunucos, o bei e o povo», anunciava o *Le Figaro*. Como se esperaria de um jornal satírico tido por desonesto, não faltou uma evocação dos episódios subsequentes à invasão do serralho do bei pelas tropas francesas. «Foi maravilhoso ver as roliças odaliscas nos braços dos *voltigeurs*.» Os mais piedosos imputaram o triunfo à intervenção divina, o rei Carlos X e a sua corte assistiram a uma missa de ação de graças e um clérigo alterado descreveu a conquista de Argel como uma vitória sobre «um implacável inimigo do universo cristão», o Islão.¹ Os franceses de esquerda enaltecera a deposição do bei, um déspota oriental, como um grande passo no caminho para o liberalismo.

* Fuzileiro (n. de a.).

A conquista de Argel e as reações dos franceses instituíram o padrão seguido pelos europeus na conquista de África durante mais de um século. As melhores e mais modernas frotas e exércitos prevaleceram; o *Journal des Débats Politiques et Littéraires* relatou que «os nómadas e os saqueadores do deserto» fugiam, aterrorizados, mal avistavam os navios de guerra franceses. Em 1936, aquando da derradeira guerra de conquista imperialista travada em África, a imprensa italiana, imbuída do mesmo espírito de vanglória, informava que, dominados pelo pânico, os abissínios haviam abandonado aviões e carros de combate.

As desigualdades no plano técnico espelhavam as diferenças de ordem moral. Em Argel, as forças da luz derrotaram as forças das trevas: o beí era um tirano cruel, os seus súbditos eram bárbaros e muitos dedicavam-se ao tráfico de escravos e à pirataria. A sua cidade era um lugar de tentações sensuais, um incentivo à excitação da soldadesca e dos leitores dos jornais. Assim era também a Abissínia. Enquanto partiam para a guerra entoando as notas alegres de *Facetta Nera, bell'Abissina*, uma canção sobre uma jovem indígena, as legiões de Mussolini apresentavam-se, de forma ostensiva, como as sedutoras de África:

*Rostinho negro,
Bela abissínia,
Aproxima-se a hora
Em que estaremos
Ao teu lado.*

||

A metáfora do império como forma de sedução é muito pertinente, pois remete para ideias como a posse, consumada geralmente pela força ou sob ameaça, e a exploração. Assim aconteceu após a queda de Argel: a conquista paulatina do interior abriu o caminho para o que os franceses apelidaram, ufanamente, de *mission civilisatrice*. A primeira fase foi retratada por Horace Vernet, a quem o rei Luís Filipe encomendou a decoração da galeria dedicada aos «frutos da colonização», em 1837. Num dos frisos é possível contemplar sargentos franceses a dar instrução a um grupo de recrutas argelinos, engenheiros a construir estradas e soldados a lavrar campos.² Vernet usa um estilo neoclássico, uma escolha apropriada,

pois as cenas representadas evocam a colonização do Norte de África pelos romanos, perto de dois mil anos antes.

Ao longo dos 300 anos anteriores, colonizadores franceses, espanhóis, portugueses e britânicos haviam empreendido ações similares de grande escala na América do Norte e do Sul. Os britânicos estavam prestes a subjugar a Índia e os holandeses tinham-se instalado em Java. Até então, porém, África fora manifestamente negligenciada pelos construtores de impérios europeus, estando a presença europeia confinada aos portos de tráfico negreiro situados na zona costeira ocidental do continente. Alguns milhares de colonos holandeses (os bóeres) ocupavam a região para lá da Cidade do Cabo, assegurando o aprovisionamento dos navios mercantes que por ali passavam a caminho da Índia e do Extremo Oriente e, mais tarde, no regresso destas paragens. A maioria era britânica, razão pela qual a Grã-Bretanha anexou o Cabo, em 1806. A grande potência marítima e comercial de então não podia permitir que semelhante ativo estratégico e comercial caísse na mão de estrangeiros.

Há muito que as trocas comerciais com África eram uma atividade florescente. Os escravos eram a principal mercadoria, sendo expedidos da costa ocidental para as plantações de açúcar e tabaco das Américas. Os árabes controlavam o tráfico de escravos no Norte de África e na África Oriental, um negócio muito lucrativo, praticado em grande escala, e cujas zonas preferenciais de captura eram a orla do Sara e o interior da África Oriental até à região dos Grandes Lagos. As caravanas de cativos deslocavam-se a pé, para norte, atravessando penosamente o deserto até aos mercados de escravos de Argel, Tunes e Trípoli, onde eram vendidos e, em muitos casos, exportados para a Turquia e as suas províncias no Báltico. Zanzibar era o centro do comércio na África Oriental, que tinha na Arábia o seu principal mercado. As outras exportações do continente africano eram o ouro, as especiarias, o óleo de palma e o marfim. Milhares de elefantes foram mortos para satisfazer a crescente procura de bolas de bilhar destinadas aos salões aristocráticos e de teclas de piano para as salas de estar das famílias da burguesia. Nas importações predominavam os têxteis, o álcool, os artigos de metal e as armas de fogo, para as quais nunca faltavam vendedores.

Em 1830, a estrutura de comércio tradicional estava em transformação. Em 1807, a Grã-Bretanha proibira o tráfico de escravos e ao longo dos 60 anos seguintes sucessivos governos esforçaram-se por convencer outras potências a fazer o mesmo. Os navios de guerra britânicos patrulhavam as águas da África Oriental e Ocidental e do Atlântico, intercetando navios

negreiros e apreendendo a sua carga. Em 1833, o parlamento decretou a proibição da prática da escravatura em todos os territórios britânicos, razão pela qual os escravos tunisinos foragidos procuravam refúgio no consulado britânico.

A cruzada antiesclavagista empreendida pela Grã-Bretanha coincidiu com o apogeu da Revolução Industrial, na qual o país levava um avanço considerável sobre as nações suas rivais, a França e os estados germânicos. Os proprietários das manufaturas ansiavam por novos mercados e outras fontes de matérias-primas, e África parecia satisfazer ambos os requisitos. No final do século XVIII, Sir Joseph Banks, explorador, naturalista e figura de destaque da recém-constituída African Association, lembrava, em tom de advertência, que «se a Grã-Bretanha não “se assenhoreasse” dos “Tesouros” de África», as nações rivais fá-lo-iam. Na véspera da partida da segunda expedição de Mungo Park à região do Níger, em 1803, Banks instou o explorador a procurar saber junto dos «selvagens ignorantes» a origem exata do ouro em pó encontrado entre os sedimentos do estuário do rio.³

A Grã-Bretanha da era industrial oferecia produtos úteis e atrativos para os consumidores africanos. Na década de 1820, um grupo de exploradores ingleses, em viagem pela região do Sara, presenteou as autoridades locais com telescópios, facas e tesouras de aço bem afiadas, fabricadas em Birmingham, e armas modernas, a mais apreciada de todas as oferendas. A bússola de bolso e o conjunto de bacamartes ornamentados com ricas incrustações, oferecidos ao sultão de Sokoto, não só assinalavam a boa vontade do rei Jorge IV como simbolizavam os prodígios da tecnologia britânica. Na geração seguinte, Sir Samuel Baker procuraria impressionar os indígenas de Equatória com fogo de artifício, uma lanterna mágica, uma bateria magnética e caixas de música.⁴

Até então, a exploração de África decorrera a um ritmo irregular. Ao longo de 2500 anos, o continente fora visitado por fenícios, gregos, romanos, árabes, portugueses, britânicos e franceses. As suas descrições eram uma amálgama de factos, conjeturas e fantasias, com predomínio para as duas últimas. As histórias sobre a existência de um príncipe cristão (o Preste João), senhor de um vasto império oculto no interior do continente, eram repetidas sem cessar, a par dos rumores insistentes sobre a prática de canibalismo em larga escala e a venda de carne humana em mercados urbanos. No século XVI, um missionário e explorador pertencente à ordem dos Capuchinhos horrorizou os seus leitores com os relatos sobre os «Jagas», uma tribo de canibais originária do Congo, cujos membros,

homens e mulheres, manifestavam uma forte predileção pela carne dos respectivos amantes. Segundo o autor de uma recensão crítica a uma história da exploração africana publicada em 1817, estes enredos não passavam de invenções de um «pateta fradesco». Os africanos, afirma ele, «são, invariavelmente, mais plácidos e inofensivos em função da distância a que se encontram do litoral».⁵ As descobertas recentes feitas por alguns exploradores haviam desfeito alguns dos velhos mitos sobre África, mas, lamentava o autor da recensão, dois terços do continente permaneciam inexplorados, sendo as «suas características mais grandiosas distorcidas, vagamente descritas ou incompletas». A ignorância encontrava-se, agora, em pleno recuo. Os cientistas iluministas do século XVIII haviam concentrado as atenções em África, no âmbito dos seus estudos mais amplos sobre os mecanismos e segredos dos universos natural e humano. Em 1830, um número cada vez maior das peças que faltavam ao quebra-cabeças africano foi sendo progressivamente descoberta e encaixada.

O conhecimento geográfico foi fundamental para a abertura de África ao resto do mundo. No entanto também representou poder, pois concedeu aos europeus um modelo para uma futura penetração e conquista económica. Um mapa francês, datado de 1845, representando o que se conhecia de África até então, incluía uma vinheta na qual surgia um oficial francês mostrando o mapa a africanos, que reagem com um misto de incompreensão e assombro.⁶ Os forasteiros conheciam melhor as suas terras do que eles próprios, podendo, por isso, deslocar-se para onde desejassem, atravessando rios e desfiladeiros de montanha e esquivando-se aos obstáculos interpostos pela Natureza.

Todavia, os intrusos continuavam a deparar-se com dificuldades colossais. A febre-amarela, a malária, a exaustão causada pelo calor e diversas enfermidades gastroentéricas atacavam os homens brancos que se embrenhavam nas florestas tropicais e no mato da África subsariana. A costa da África Ocidental era conhecida, e com razão, como o «túmulo do homem branco». Em 1841, 80 por cento dos marinheiros que integraram as expedições britânicas à região do rio Níger foram acometidos de febres. Dos 74 missionários franceses enviados para o Senegal, entre 1844 e 1854, 20 foram vitimados por enfermidades locais e 19 foram obrigados a regressar pouco depois da sua chegada, por motivo de doença. Em 1846, durante a campanha francesa na Argélia, sete mil militares morreram na sequência de doenças, enquanto pouco mais de cem foram abatidos pelo inimigo.⁷

Vale a pena fazer uma pausa para analisar, de forma sucinta, a situação em que se encontravam os continentes europeu e africano no período que antecedeu a conquista e a ocupação. Os futuros acontecimentos em África ficariam intimamente ligados às mudanças políticas, económicas e sociais ocorridas na Europa. A invasão da Argélia, em 1830, resultou de uma decisão de Carlos X destinada a reanimar o prestígio e a popularidade da dinastia Bourbon, então em declínio. Na Grã-Bretanha, os interesses estratégicos do Almirantado, o lóbi do comércio e o todo-poderoso movimento antiesclavagista ditavam as políticas executadas na Colónia do Cabo e nas bases navais da África Ocidental. Igualmente influentes eram os homens no terreno, que dispunham de uma liberdade de ação considerável no que diz respeito à tomada de decisões. E não podia ser de outra maneira, já que um navio a vapor demorava 90 dias a levar as instruções do governo de Londres à Cidade do Cabo.

No plano teórico, os administradores britânicos e franceses das regiões de fronteira africanas respondiam diretamente aos ministros que se encontravam em Londres e Paris e, por intermédio destes, aos deputados eleitos para o Parlamento e a Assembleia Nacional. Estas instituições diferenciavam estes dois países do resto do continente, onde o poder estava nas mãos de príncipes hereditários e dos conselheiros por eles designados. Estes governantes absolutistas foram os beneficiários do Acordo de Viena de 1815, que pôs termo a mais de 20 anos de uma guerra intermitente e destruidora, desencadeada pelas tentativas dos franceses para exportarem a sua revolução. O espírito conservador do antigo regime permeava estas autocracias: príncipes paternalistas enalteciam a obediência, o quietismo e a devoção como virtudes públicas, e o poder real beneficiava do apoio das respetivas autoridades eclesiásticas.

A Europa pós-napoleónica era dominada por dois impérios: o austríaco, que se estendia até ao Norte da Itália e ocupava uma grande parte da Europa central, e o russo, que se lançava então num ambicioso programa expansionista, na Ásia Central. Nenhum deles mostrava interesse por África.


Ao contrário de um terceiro, o império otomano. O seu território abrangia do Sudeste da Europa à Turquia, Médio Oriente e Norte de África, e iniciava então a lenta jornada que o levaria da estagnação à desintegração.

A autoridade do sultão de Constantinopla estilhaçava-se: a Sérvia libertara-se do seu domínio, em 1815, a Grécia fizera o mesmo nove anos depois (com o auxílio da Grã-Bretanha, França e Rússia), e o Egito, a Tunísia e a Argélia eram estados praticamente independentes. Em 1843, Cirenaica (costa oriental da Líbia) passou a estar sob o domínio dos Senussi, uma confraria islâmica ascética que controlava as tribos do interior e impôs uma paz civil e uma severa ortodoxia.

A Grã-Bretanha e a França eram ideologicamente distintas das velhas potências imperiais europeias, assumindo-se como estados liberais que se haviam desembaraçado do espartilho político e intelectual do antigo regime. Ambas tinham origem numa revolução popular: a Revolução Gloriosa de 1688-89 e a Revolução Francesa de 1789. Uma e outra haviam lançado as bases da ideologia liberal: liberdade individual, liberdade de consciência e de expressão, capitalismo de livre-mercado e governo por consentimento. Na Grã-Bretanha e em França, as leis e a administração corrente eram decididas por assembleias eleitas pelos cidadãos mais abastados. Não eram ainda democracias no sentido moderno, mas os seus eleitorados estavam em crescimento.

O liberalismo ganhava terreno em toda a Europa, em particular entre os profissionais e os comerciantes das classes médias e nos meios intelectuais e literários. Os liberais dominavam os movimentos nacionalistas polaco, italiano, húngaro e alemão, ainda em fase embrionária, que procuravam criar novos estados unidos pela língua, a cultura e o sentimento popular. O nacionalismo contestava os impérios multinacionais austríaco, russo e otomano, ao mesmo tempo que fomentava os sentimentos tribais, as ideias de superioridade racial e uma consciência de desígnio nacional. Estes elementos tornar-se-iam componentes principais do novo imperialismo que surgiria no final do século.

IV

 mapa político e etnográfico de África era complexo e, muitas vezes, incompreensível na sua diversidade. O continente era um vasto conjunto de entidades políticas caracterizadas por línguas, leis, religiões e estruturas sociais distintas. Na tentativa de lhes dar um sentido, os europeus compararam-nas, naturalmente, com os seus próprios sistemas e ideias. David Livingstone caracterizou as entidades políticas da bacia do Zambeze

como patriarcais «e, dependendo do temperamento do chefe, despóticas ou guiadas pelos anciãos da tribo».⁸ O absolutismo e uma versão atenuada de liberalismo conviviam em harmonia em África.

À semelhança dos seus contemporâneos, Livingstone identificou a tribo como a unidade política de base em África, embora os vínculos que a mantivesse unida fossem, muitas vezes, difíceis de compreender. Como definir os igbos do Sul da Nigéria? Viviam em pequenas povoações independentes, frequentemente desavindas, falavam dialetos diferentes e não usavam uma denominação coletiva quando se referiam a si próprios. Os forasteiros encontravam traços de uma cultura, linguagem e linhagem comuns, mas o termo coletivo «igbo» foi uma invenção dos britânicos, que mais tarde vieram a governá-los.⁹

A realeza, quando existia, era entendida mais facilmente. Como sucedia com os autocratas cristãos da Europa, muitos soberanos africanos gozavam da aprovação — e, por vezes, até de uma linhagem — divina. Também à semelhança dos seus homólogos europeus, apresentavam-se publicamente cobertos de adornos deslumbrantes, patenteavam o seu prestígio através de séquitos ricamente trajados e eram tratados com um servilismo bajulador.

O aparato do poder e os seus rituais incitavam à comparação entre os príncipes europeus e os africanos. O rei do Daomé e o *asantehene* dos asantes aparentavam ser governantes absolutos de estados centralizados, dispendo de exércitos numerosos, entre eles o célebre regimento de mulheres (as amazonas) do Daomé, e de tesouros supridos pelos lucros provenientes do tráfico de escravos. Esta onipotência era enganadora. Os *asantehenes* governavam uma confederação de pequenas comunidades de acordo com as orientações de conselhos locais, incluindo as «Associações de Jovens». Noutros casos existia um sistema de pesos e contrapesos. Os soberanos dos iorubas da Nigéria eram orientados por um conselho formado por guildas de artesãos e seus parentes (que também desempenhavam altas funções no Estado). Os costumes antigos, as tradições religiosas e a lei eram tão vinculativos para o governante africano como para o europeu.

A existência de raças e tribos encontrava-se amplamente comprovada. Em 1835, Sir Benjamin D'Urban, governador da Colónia do Cabo, criticou Hintska Ka Kawuta, chefe supremo dos xhosas, pelos maus-tratos infligidos aos *mfengus*, e teve como réplica: «São os meus cães, não são?» Na sua passagem pelo Sara Ocidental, um viajante inglês testemunhou o profundo desdém com que as mulheres árabes de Fezã tratavam as negras, apesar

de «a sua pele ser pouco mais escura do que a delas próprias». Um outro explorador ouviu um grupo de árabes referir-se aos negros de Borku e Wadai como «selvagens da pior espécie». «Nós temos armas», afirmou um soberano árabe, algo que, só por si, tornava o seu povo superior a homens armados com lanças, arcos e flechas.¹⁰

Os conhecimentos sobre a natureza das sociedades africanas situadas nas regiões para lá do Sara, da África Ocidental e da Colónia do Cabo eram pouco mais do que vagos. E, no entanto, eram muitos os indícios que apontavam para a preponderância de lutas endémicas e localizadas pela sobrevivência entre estados, tribos e clãs. Em causa estavam a posse de terras férteis e de gado e o direito a extorquir dinheiro em troca de proteção às caravanas de mercadores que atravessavam os territórios tribais. Este tributo garantia a lealdade dos guerreiros liderados por chefes jagas, cujas tribos ocupavam as encostas do monte Kilimanjaro. A expectativa era de que as guerras africanas se pagassem a si próprias.

A história de África, tal como a da Europa, foi marcada por mudanças constantes nas relações de força e pela expansão e contração dos estados. A Polónia era um exemplo clássico e recente: em 30 anos, deixara de ser um reino independente para se subdividir em três províncias distintas subordinadas a estados vizinhos, a Prússia, a Rússia e a Áustria. Entre 1810 e 1830, os impérios de Espanha e Portugal, na América Central e do Sul, foram derrubados por insurreições das populações locais que, assim, relegaram as respetivas pátrias para a condição de províncias empobrecidas.

É possível observar um padrão de crescimento e declínio semelhante na história africana, da qual fazem parte as narrativas fragmentárias de supremacias extintas. Uma é a do império mercantil do Zimbabué, que implodiu no século xv, numa data desconhecida. Não se conhecem registos das suas ascensão e queda, pois os africanos rememoravam a sua História em vez de a escreverem. Restam tão-somente as ruínas de uma grande cidade, de tal maneira sofisticada que os arqueólogos europeus concluíram que só poderia ter sido erigida por árabes ou (e trata-se de um palpite, apenas!) por fenícios! Fontes árabes escritas fazem referência à riqueza e esplendor do império do Gana, situado na extremidade ocidental do Sara, que se desintegrou no início do século xiii. Não deixa de ser interessante que dois estados modernos tenham adotado as designações Zimbabué e Gana após a independência.

No começo do século xix, dois Estados africanos alargaram o seu território através de guerras de conquista em larga escala: o egípcio, a norte,

e o zulu, no extremo sul do continente. Em 1820, o quediwa Muhammad Ali iniciou a conquista gradual do Sudão e, ao fim de 20 anos, dominava a maioria das províncias situadas a norte. Cartum, à época já um importante centro para o tráfico de escravos, tornou-se a capital de um novo império egípcio em expansão. Mais de um décimo dos seus 15 mil habitantes era constituído por militares, pois os focos de resistência eram frequentes e persistentes.

A guerra eternizou-se e, para financiá-la, os egípcios extorquiam impostos aos sudaneses, instigando novas rebeliões. O Sudão foi o ponto de partida da expansão para sul, cujo objetivo último era fazer do Egito a potência dominante da África Oriental. Sucessivos quediwas reuniram exércitos formados segundo o modelo europeu: recrutamento obrigatório de camponeses egípcios comandados por mercenários europeus, armados com artilharia e espingardas modernas e importadas, transportadas por navios de rodas que navegavam ao longo do Nilo.

Os guerreiros zulus combatiam com armas tradicionais e, sob a liderança de Chaka, erigiram um império na África do Sul. Ele era um génio militar e um inovador no plano tático, e os seus disciplinados *impis** lutavam com zagaias, uma variante da lança tradicional. Morreu em 1828, depois de mais de uma dezena de anos de guerras brutais que lhe permitiram absorver os clãs zulus num único reino que se estendia por mais de 25 mil quilómetros quadrados e sustentava um exército constituído por mais de 20 mil guerreiros. O sucesso do Napoleão de África e a coragem dos seus homens cativaram a imaginação dos europeus, mas, tal como sucedera com o imperador francês, Chaka espalhou o caos entre o próprio povo e os seus vizinhos. As suas campanhas semearam a fome e provocaram ruturas à medida que as tribos desalojadas fugiam dos seus exércitos.

A África Central e Oriental eram ocupadas por um conjunto disperso de estados insignificantes, frágeis e predatórios, criados por senhores da guerra locais e financiados pela venda de escravos aos negociantes árabes. Os caminhos dos seus chefes passaram a cruzar-se com o dos exploradores europeus a partir de 1850, e os relatos sobre a sua ferocidade e arrojo contribuíram para criar a ideia de que vastas zonas de África viviam em convulsão permanente e mergulhadas numa perpétua anarquia. As memórias de guerras, razias e conflitos permaneceram gravadas na consciência histórica africana ao longo de várias gerações, embora as suas causas exatas caíssem no esquecimento ou fossem apenas parcialmente recordadas.

* Regimentos (n. da t.).

Os relatos de violência endêmica confirmavam a visão europeia de África como um «continente negro». A metáfora da escuridão exprimia dois significados — um, progressivamente desatualizado a partir de 1830, tinha uma dimensão geográfica e abarcava as zonas inexploradas do continente, que eram cada vez menos numerosas; o outro remetia para o mistério insondável da alma humana, que separava o africano do resto da Humanidade. Por diversas razões que cientistas e filósofos se esforçavam por compreender, o negro fora de alguma maneira arredado da corrente dominante do progresso e da civilização. Segundo as interpretações vigentes da história universal, existia uma civilização europeia, vibrante e superior, e depois as outras, a árabe, a indiana, a persa e a chinesa, que se haviam tornado anquilosadas e decadentes.

Tanto quanto se sabia, não existiam registos da existência de um Taj Mahal ou de uma Cidade Proibida em África. As razões para esta ausência causaram perplexidade aos pensadores do século XVIII, o século das luzes e da razão. A resposta parecia residir numa deficiência intelectual genética. Lineu, o naturalista, catalogou o negro como «fleumático», «ignorante» e comandado pelo capricho. Segundo o filósofo David Hume, as faculdades intelectuais de um negro assemelhavam-se às de um papagaio, enquanto John Wesley via nas suas imperfeições a prova da capacidade do Homem para a degeneração moral.¹¹

Implicitamente, pelo menos, Wesley admitia uma possibilidade de regeneração e salvação para o negro, o que era um reconhecimento da crença cristã de que todos os homens haviam sido criados por Deus e partilhavam uma ancestralidade. Todavia, a linhagem do negro estava manchada pelo mito de Cam. De acordo com o Génesis, Cam espiou Noé, seu pai, quando este copulava com sua mãe e, como castigo, o patriarca, indignado, condenou Cam e os seus descendentes à servidão eterna. A pele escura destes últimos ficaria como a marca indelével da iniquidade do seu antepassado. Este conto de fadas teve consequências profundas e terríveis, tendo passado do Judaísmo para as teologias cristã e islâmica e sendo invocado por ambas como a prova da aprovação divina da escravatura.

Os conceitos da inferioridade africana adquiriram uma legitimidade superficial graças aos relatos mais sensacionalistas dos primeiros exploradores do continente e aos seus primeiros residentes de origem europeia,

muitos deles ligados ao tráfico negreiro. São histórias que lograram infiltrar-se na literatura científica: a *Encyclopédie*, publicada pela primeira vez em 1751, acusou os indígenas da Costa do Marfim de serem devassos e não acreditarem na vida depois da morte e considerou as estruturas políticas africanas como «bizarras», «despóticas» e assentes exclusivamente na paixão. O africano desdenhava a razão e o resultado era «a ferocidade, a crueldade, a perfídia, a cobardia [e] a indolência», características de todas as raças negras. Os espíritos negros eram ainda vítimas da feitiçaria e da superstição, como eram, aliás, os dos camponeses que habitavam as regiões remotas e atrasadas da Europa. Em 1840, a população insular de St. Kilda, por exemplo, matou um arau gigante, convencida de que se tratava de uma bruxa.

A aparência exterior era o reflexo do negrume interior. Um livro de histórias para crianças publicado na França, em 1837, descreve o horror do herói no seu primeiro encontro com negros: «Tinham um aspeto hediondo, tê-los-ia tomado por macacos da pior espécie, se os seus corpos, que não tinham roupas, não tivessem uma forma humana.»¹² Na psique europeia cristã, o branco era a cor tradicionalmente associada à santidade, à virtude e à honra, enquanto o preto remetia para o mal em todas as suas manifestações.

A genética moral construída, que tanto pesava na apreciação das raças negras, começou a ser questionada. Um viajante de passagem por Fezã, na década de 1790, interrogou-se sobre se a letargia dos seus cidadãos seria não um traço hereditário, mas uma consequência da tirania, da pobreza e de uma alimentação à base de tâmaras e de «uma espécie de papa farinácea».¹³ A triste condição do africano não era uma condição predestinada nem imutável: era o produto de muitos e complexos fatores históricos e culturais que era possível alterar.

Em 1800, a visão absurda que atribuía um caráter hereditário e irreversível às deficiências do africano começou a ser contestada por dois movimentos cada vez mais influentes, o romantismo e a religião evangélica. Os seus seguidores teriam apoiado a afirmação de Wordsworth de que «todos temos um coração humano». Os românticos defendiam com insistência que o negro tinha sentimentos como o resto da Humanidade e que, por isso, pertencia à raça humana. Era merecedor de solidariedade, de ajuda e da oportunidade de usufruir de direitos inatos, como a liberdade e a felicidade. Os evangélicos acreditavam que a sua conversão ao Cristianismo completaria a sua felicidade.

A visão otimista sobre o futuro dos africanos era secundada por muitos dos relatos de viagens de exploração. Mungo Park ficou impressionado com o decoro e a gentileza dos povos com quem travou conhecimento nas margens do Níger, incluindo uma mulher que o alimentou e cuidou dele quando adoeceu. Uma curta estada em Sokoto, em 1824, convenceu Hugh Clapperton, um oficial de marinha, de que os seus habitantes eram «civilizados, cultos, humanos e piedosos». A sua inteligência e o seu comportamento dissiparam todos os preconceitos acerca de «selvagens nus, desprovidos de religião, não muito distantes da condição de animais selvagens». Um oficial britânico, recém-chegado ao Cabo, descreveu os xhosas como «o povo mais bem moldado que alguma vez vi... modelos da figura humana na sua forma mais perfeita».¹⁴

«Vendidos como Galinhas»:
A Escravatura e o Tráfico de Escravos

I

A escravatura e o tráfico de escravos constituíam uma barreira enorme, mas não inamovível, ao progresso de África. Ambos falseavam o desenvolvimento social e económico e eram causa de guerras constantes. Esta era uma posição ardentemente defendida pela Grã-Bretanha e também pela França, embora com menos veemência. Os impérios católicos e reacionários de Espanha e de Portugal, onde a escravatura e o tráfico de escravos foram permitidos até ao último quartel do século XIX, discordavam. Os negreiros árabes e africanos insistiam em afirmar que se dedicavam a uma atividade legitimada pela História e economicamente necessária e rentável. «Só pensava nos negócios», foi a imagem deixada na memória popular por Rashid Masidi, um traficante de escravos de etnia swahili que viveu no final do século XIX e que operava na região ocupada atualmente pela Tanzânia.*¹⁵ As leis do mercado e os elevados rácios de rentabilidade sobrepunham-se às demais considerações e os negreiros estavam prontos a lutar para as defender e manter.

A escravatura não pesava na consciência islâmica. Salme Sayyid, filha do sultão Sayyid al-Busaidi, de Zanzibar, acreditava que todos os escravos desfrutavam de uma boa vida: «Não têm preocupações pessoais e o seu bem-estar é sempre cuidadosamente acautelado.»¹⁶ Como veremos, trata-se de um equívoco. Para Salme, o elemento importante residia no imposto cobrado pelo pai e o irmão mais velho, o sultão Madjid, sobre o preço de cada escravo vendido no mercado de Zanzibar. Como todos os que seriam prejudicados pelo fim do tráfico de escravos, os sultões Al Busaidi sentiam-se

* Os swahilis descendiam de árabes e africanos (n. de. a.).

profundamente indignados com a campanha abolicionista empreendida pela Grã-Bretanha. Em 1854, Sir Richard Burton apercebeu-se de que, por conta da guerra naval contra o tráfico de escravos, a Grã-Bretanha era a nação europeia mais odiada na Somalilândia. Os árabes de Zanzibar referiam-se ao sempre vigilante HMS *Lyra*, navio da marinha real britânica, como *el shaleen* (o diabo).

Os registos dos sentimentos das vítimas do tráfico de escravos são raros. As reminiscências das operações de captura de escravos dos finais do século XIX, ainda hoje presentes na memória popular senegalesa, deixam transparecer a sensação de insegurança permanente que se vivia nas zonas onde bandos armados de raptos espalhavam o terror pelas povoações.¹⁷ Todavia, os negreiros eram bem acolhidos pelos aldeãos de uma parte da bacia do Congo, que lhes vendiam os seus chapéus maus, incluindo os de bruxas e ladrões.¹⁸ A alegria sentida pelos escravos libertos, tal como é descrita na literatura antiesclavagista, é sem dúvida autêntica, mas não é menos certo que a desorientação e até o desespero se apoderavam dos homens e mulheres livres quando se achavam em terras estranhas, desamparados e sem emprego.

Um oficial do HMS *Wasp* perguntava-se que destino estaria reservado às jovens escravas resgatadas pelo seu navio e desembarcadas em Mahé, nas ilhas Seychelles, uma colónia britânica. O mesmo se verificou na Serra Leoa, para onde as vítimas do comércio atlântico começaram a ser enviadas a partir de finais do século XVIII. Aqui e noutras regiões, o governo britânico apoiou-se nas missões enquanto garantes de trabalho e alojamento. As missões situadas nas proximidades da base naval, no Gabão, também reinstalavam escravos resgatados por navios de guerra franceses.

||

Antes de retomar as diligências para a erradicação do tráfico negreiro, na sua maioria britânicas, importa analisar a sua extensão e a sua natureza. As estatísticas referentes ao comércio de escravos, que não sendo rigorosas permitem ter uma percepção valiosa, embora aproximada, da sua magnitude, ajudam a explicar a força dos interesses instituídos que o justificavam e a compreender por que razão demorou tanto tempo a ser eliminado. Os cálculos do tráfico de escravos também sugerem, de forma

salutar, que se tratou de uma atividade multirracial que enriqueceu não só europeus mas também árabes, turcos, egípcios e africanos.

Até ao início do século XIX, a maior parte da atividade negreira estava concentrada no Atlântico. Em 1800 existiam dois milhões de escravos no Brasil, 900 mil nos Estados Unidos e 800 mil na América espanhola, todos eles originários da África Ocidental ou Oriental. A maioria trabalhava nas plantações de algodão, açúcar e tabaco, que abasteciam um mercado maioritariamente europeu.

O tráfico de escravos estava sujeito às leis da oferta e da procura e a pressões de natureza política, tal como qualquer outra iniciativa capitalista. O rápido crescimento da produção algodoeira nos estados do Sul dos Estados Unidos da América, a partir de 1820, levou a uma crescente procura de mão de obra escrava e a uma importação anual de 100 mil escravos, em meados da década de 1840. Em 1861, a política imiscuiu-se de forma inesperada: a deflagração da Guerra Civil fez cessar a importação de escravos para os estados confederados, via Cuba, e o bloqueio imposto pela União levou à interrupção das exportações de algodão. O beneficiário deste abrandamento no cultivo de algodão foi o Egito, que passou a necessitar de um contingente anual entre 30 e 35 mil escravos africanos para satisfazer as novas necessidades de produção. Alguns foram recrutados como soldados para o exército egípcio diretamente dos campos de algodão. Em 1863, o quediwa Ismail contratou várias centenas para combaterem como mercenários ao lado das forças de Napoleão III, em regiões do México afetadas pela malária durante a malfadada tentativa de anexação do país empreendida pelo imperador.¹⁹

Entre 1846 e 1850, num claro desafio aos navios de guerra britânicos e desobedecendo aos tratados internacionais assinados por Portugal, 50 mil escravos foram secretamente transportados de Angola e Moçambique para trabalharem nas plantações de café brasileiras.²⁰ Eles estão entre as derradeiras vítimas do comércio de escravos no Atlântico, cuja magnitude e atrocidades são sobejamente conhecidas na Grã-Bretanha e na América, graças a uma exaustiva investigação que continua a inspirar um sentimento ancestral de culpa moral nos dois países.

A bibliografia sobre a escravatura africana é seletiva e desequilibrada, pois ignora em grande medida o tráfico de escravos praticado por árabes e africanos. Este igualava em dimensão — e talvez até ultrapassasse — o comércio atlântico e, em algumas regiões, persistiu até ao início do século XX. Na década de 1860, entre 60 e 100 mil escravos oriundos do Norte de

Moçambique e da zona da atual Tanzânia atravessavam Zanzibar para depois serem levados por via marítima para a Arábia e o golfo Pérsico.²¹ Ao mesmo tempo, mais de metade dos 230 mil habitantes de Zanzibar eram escravos que trabalhavam em plantações e em residências de famílias árabes.

Na década de 1870, cerca de 30 mil escravos da Abissínia e do Sul do Sudão eram expedidos, anualmente, em *dhow*s, que faziam a travessia do mar Vermelho rumo à Arábia. Estas regiões também forneciam mulheres e eunucos aos mercados de escravos do Egito e da Turquia. Os totais referentes ao comércio de escravos na região do Sara, muito mais vasto, são difíceis de quantificar. Segundo estimativas dos cônsules britânicos para a década de 1850, todos os anos eram vendidos cerca de cinco mil escravos, em Tunes, conduzidos até aí por via terrestre, depois de terem sido capturados em territórios que hoje fazem parte do Mali, do Níger e do Norte da Nigéria. Em 1855, um carregamento de mil escravos foi despachado em Tunes com destino a Creta, então sob domínio otomano, tendo alguns sido vendidos a compradores da Albânia, à época uma província turca. A escravatura africana alcançava, assim, as franjas da Europa.

Os tormentos impostos às vítimas do comércio de escravos, controlado pelos árabes, não eram diferentes dos que eram infligidos aos sacrificados do tráfico negreiro do Atlântico. Um dos raros relatos na primeira pessoa que chegaram até nós pertence a Saaba Fula, que foi comprada por um explorador francês, Victor Largeau, no mercado de escravos de Ouargla, no Sudeste da Argélia, em 1877. Saaba tinha entre 16 e 18 anos e fora raptada por salteadores árabes que assediavam as aldeias situadas nas margens do Alto Níger. O pai e os irmãos foram assassinados enquanto ela e a mãe foram forçadas a empreender uma penosa caminhada de mais de 1500 quilômetros para norte através do deserto do Sara. A caravana de escravos deslocava-se durante a noite para evitar o calor, mas, ainda assim, muitos escravos morreram de fome, desidratação e fadiga. A mãe de Saaba foi uma das vítimas: «Seguiu-me durante muito tempo, ora gemendo ora chorando, mas de repente deixei de ouvi-la. Penso que os árabes a mataram.» À chegada a Ouargla, Saaba foi posta à venda juntamente com uma dezena de outras raparigas, vestidas com túnicas de algodão azul. Largeau descreveu-as de pé ou de cócoras, «de olhos fechados e cheios de lágrimas». Pagou 650 francos (cerca de 60 libras) por Saaba, que «soluçava convulsivamente», recordando que lhe haviam dito que os franceses comiam negros. Depois, «recompondo-se, despediu-se das companheiras e seguiu-me em passo decidido».²² Sem o saber, fora libertada. A sorte bafejara-a duas

vezes, pois as perdas de prisioneiros nestas caminhadas através do deserto eram de um a dois terços.

É impossível conhecer os números exatos do comércio de escravos africanos localizado e indígena. Todavia, o facto de sabermos que, nos 20 anos que se seguiram à ocupação de Tombuctu pelos franceses, em 1894, meio milhão de antigos escravos rumaram para sul, com destino às suas regiões de origem, dá-nos uma ideia da sua magnitude.²³

O cômputo do comércio de escravos árabe e indígena fala por si. No entanto, os descendentes dos que o praticaram têm revelado uma extraordinária amnésia histórica. O sentimento coletivo de vergonha moral e de arrependimento que tem marcado gerações de europeus e americanos nunca atormentou turcos, egípcios e árabes.

III

As estatísticas mostram que a escravatura estava profundamente enraizada na estrutura das economias de vastas zonas de África. Foi isso que convenceu os filantropos britânicos de que a escravatura constituía uma barreira ao progresso social e económico. A sua erradicação abria o caminho a uma profunda revolução económica. O comércio «lícito» de mercadorias, como o óleo de palma, a madeira e os minérios desconhecidos que se pensava existirem algures nos maciços montanhosos do continente, criaria novas e impolutas fontes de riqueza. A proposta era atrativa: os africanos prosperariam e, com os seus novos proventos, comprariam produtos ingleses.

Era esta a visão de David Livingstone. Quando não se encontrava em viagens de exploração pela África Central e Austral a pregar o evangelho aos povos destas regiões, exortava a nação britânica a redobrar esforços na luta contra a escravatura. Em causa estava a regeneração de todo o continente, pois, conforme Livingstone vaticinou em diversas ocasiões, o fim da escravatura seria o advento de uma era dourada caracterizada pela estabilidade e a prosperidade generalizadas. Em 1854 anteviu o rio Zambeze repleto de navios a vapor carregados de culturas de rendimento, tecidos e artigos de metal de fabrico britânico.

Livingstone era idolatrado pela opinião pública britânica e, no fim da sua vida, tornara-se uma personalidade de renome internacional. Quando «desapareceu» no Norte da Tanzânia, em 1866, o *New York Herald*

contratou Henry Morton Stanley para descobrir o seu paradeiro, custasse o que custasse. Livingstone era um escocês de origens humildes que, graças à sua dedicação e perseverança, conseguiu formar-se e tornar-se médico e clérigo. Encarnava o ideal vitoriano de um Cristianismo ativo e viril, era imbuído de uma fé ardente e prática e tão corajoso como os muitos leões que enfrentou nas suas expedições. Os seus livros de viagem eram êxitos comerciais, apresentava palestras e pregava em todo o país, e a sua mensagem, baseada nas suas experiências, não deixava ninguém indiferente. Os seus relatos em primeira mão dos ataques perpetrados por bandos de caçadores de escravos, em que o desespero das mães e o pavor das crianças eram descritos com grande ardor e vivacidade, comoviam os corações dos seus ouvintes. Acima de tudo, porém, foi a sua defesa insistente de que «Cristianismo, civilização e comércio» eram os remédios para os males de África que ficou gravada na consciência política dos britânicos. Livingstone ensinou à sua geração, e às que se lhe seguiram, que era possível salvar os africanos de si mesmos.

Em certo sentido, Livingstone pregava aos conversos, na medida em que o movimento antiesclavagista fora já incorporado pela cultura política inglesa. No final do século XVIII a opinião pública mobilizara-se contra o comércio de escravos pelos britânicos, que, como vimos, foi proibido em 1807, e contra a escravatura nas colónias britânicas, ilegalizada em 1833. Estas duas importantes vitórias políticas foram o prelúdio de uma nova contenda: a eliminação definitiva do comércio de escravos internacional. Era este o objetivo dos grupos de pressão missionário e antiesclavagista, maioritariamente compostos por cidadãos da classe média, cuja influência política era considerável.

A escravatura causava repulsa aos britânicos, pois constituía a negação da liberdade individual que haviam conquistado no século XVII, quando um radical proclamara insistentemente que «os mais pobres, tal como os mais ricos, têm uma vida para viver». A liberdade individual definia o carácter nacional. Em *Rule Britannia!*, o hino de batalha que expressa o triunfalismo setecentista, afirma-se que os «britânicos jamais serão escravos». A liberdade inglesa era indissociável do progresso assinalável alcançado pelo país, desde que incentivara os indivíduos a desenvolverem os seus dons naturais e a progredirem. Era, por isso, correto e justo que esta liberdade benéfica fosse alargada aos povos de todo o mundo.

Contrariamente ao inglês «nascido livre», o escravo era uma criatura degradada, despojada da sua humanidade, incapaz de decidir o seu futuro,

ou o da sua família, e a quem era negada toda e qualquer forma de expressão das suas capacidades inatas. «Um escravo é uma *pessoa* pervertida numa *coisa*», escreveu Coleridge. Quem estivesse ligado ao comércio de escravos carregava dentro de si uma mácula moral. Todo o homem que mantinha outro como seu bem móvel e o vendia perdia a sua própria humanidade. O economista Adam Smith afirmou: «Não há um negro da costa de África que não... possua um grau de magnanimidade que, não raro, a alma do seu sórdido senhor é incapaz de acolher.»

A bibliografia que apresentava descrições explícitas das crueldades e humilhações infligidas aos escravos era profundamente perturbadora. Outra coisa não seria de esperar de um país onde, num epitáfio datado de 1799, na abadia de Dorchester, é possível ler que uma senhora de tendências claramente românticas morreu «vítima de uma excessiva sensibilidade». Seria interessante saber como teria reagido ao relato comovente de Mungo Park sobre o seu encontro com uma mãe nigeriana pobre, obrigada a entregar o filho a um negreiro para preservar a própria vida: «Meu Deus, pensei, qual não deve ser o sofrimento de uma mãe por ter de vender o próprio filho.»

Os vitorianos de meados do século XIX eram os herdeiros do espírito dos movimentos romântico e evangélico e, como tal, sentiam uma forte empatia com a impotência e o sofrimento dos escravos. As engrenagens que faziam mover o comércio de escravos causavam repugnância a um povo para quem o decoro e a dignidade humana eram da maior importância. A reação do augusto pró-cônsul Sir Bartle Frere, ao percorrer o mercado de escravos de Zanzibar, em 1873, é bem elucidativa:

A inspeção realizada às mulheres era ainda mais repugnante. Velhos debochados, papudos e cobertos de tatuagens, feitas com hena, devoravam-nas com o olhar, apalpavam-nas da cabeça aos pés diante de uma multidão de curiosos, como se fossem comerciantes de gado ou negociantes de cavalos, até que, por fim, encontrando uma que parecia ser satisfatória, comprador, vendedor e mulher se recolhiam atrás de uma cortina da barraca para aí proceder à derradeira inspeção.

Isto fomentava um sentimento de afronta moral que transcendia as lealdades políticas e religiosas e permeava todos os quadrantes da sociedade. Em 1824, o ministro dos Negócios Estrangeiros do governo

conservador, George Canning, resumiu a política oficial inglesa em relação à escravatura e ao comércio de escravos declarando, perante a Câmara dos Comuns, que a luta contra a escravatura era «uma questão de direito, humanidade [e] moral» e que o triunfo da mesma transformaria para melhor «toda uma classe de seres humanos, que são nossos semelhantes». A sua posição manteve-se válida até ao final do século e constituiu uma fonte de enorme orgulho nacional. Lorde Palmerston, outro paladino da luta contra a escravatura, interpretou a disponibilidade da Grã-Bretanha para sair a terreiro por esta causa como a expressão de um elevado «caráter» nacional.

A Grã-Bretanha estava ao lado dos fracos e oprimidos e era uma nação com uma forte consciência da sua missão coletiva cristã. Em 1859, Samuel Wilberforce, bispo de Oxford («Soapy Sam»*), lembrou aos negociantes de Liverpool que pertenciam a uma nação que «fora cumulada com as bênçãos de Deus», o que, em si, era razão suficiente para se sentirem obrigados a praticarem o bem no mundo. Os antigos e novos conceitos sobre qual era a obrigação humanitária global da Grã-Bretanha fundiram-se e, após a ocupação do Egipto, em 1882, políticos e jornalistas teriam mais facilidade em reunir apoios para as políticas de anexação em África.

Os diplomatas ingleses persuadiram a Rússia, a Prússia, a Áustria e a França a proibirem, no Congresso de Viena, em 1815, o comércio de escravos e a marinha francesa enviou uma pequena esquadra de combate à escravatura para as águas da África Ocidental. O trabalho escravo fora abolido em todos os territórios coloniais franceses na época da I República, em 1794, tendo sido restabelecido por Napoleão, em 1802, até ser, finalmente, proibido pela II República, em 1848. Nos 50 anos seguintes, a proibição fora aplicada sem rigor e de forma aleatória. Os franceses não só tratavam a questão da escravatura com displicência como, em certos círculos, imperava a ideia de que o negro era dotado de um temperamento que, de certo modo, o tornava apto para o trabalho escravo. O general Louis Faidherbe, nomeado governador do Senegal, em 1854, afirmou: «Ninguém pensaria em escravizar árabes, pois eles assassinariam o seu dono.»²⁴

A posição francesa acerca da escravatura era secundária, mas a da Grã-Bretanha contava, pois era a nação mais rica do mundo, dominava o comércio internacional e estava no bom caminho para se tornar a banqueira do mundo. Não foi por acaso que, após uma década de prevaricação, o quediwa Ismail cedeu às pressões diplomáticas britânicas e

* «Soapy Sam», expressão que designa um indivíduo traiçoeiro e dado à adulação e à bajulação (n. de t.).

se empenhou na erradicação do comércio de escravos egípcio e sudanês, em 1877. Pouco mais podia fazer, uma vez que o seu país se encontrava à beira da bancarrota e a Grã-Bretanha era um dos seus maiores e mais impacientes credores. Em última análise, era preferível conservar a boa vontade dos ingleses e abdicar da taxa de 10% que recebia por cada escravo vendido no Egito.

A Grã-Bretanha também recorreu à força para vencer o seu combate contra a escravatura. Era a maior potência naval do mundo e, a partir de 1807, sucessivos governos usaram a Royal Navy numa guerra contra os negreiros nos oceanos Atlântico e Índico. Na década de 1850, estas operações custavam 700 mil libras por ano e envolveram, em média, a mobilização de 25 navios de guerra para África.

IV

A ofensiva diplomática britânica contra o comércio de escravos foi um combate moroso e frustrante. Entre 1820 e 1882, o Ministério dos Negócios Estrangeiros inglês assinou três dezenas de tratados com diferentes Estados, que se comprometeram a proibir o tráfico. Os retrocessos eram frequentes, em particular por ausência de vontade ou por falta de meios para aplicar as novas regras. Espanha, Portugal e o Império Otomano eram os maiores infratores. Em 1840, o sultão explicou a Lorde Ponsonby, o embaixador inglês, que embora reconhecesse a superioridade da Grã-Bretanha na ciência, nas artes e na guerra, rejeitava cabalmente a ideia da sua superioridade moral.²⁵ Esta, quanto a ele, assentava no Alcorão. Tal como os outros governantes decididos a esquivarem-se às exigências britânicas a favor da abolição do comércio de escravos, o sultão sabia que este era a base da economia do seu império.

A escravatura era também uma componente fundamental nas economias de vastas regiões da África Ocidental. Um escravo africano trabalhava nos campos do seu amo, cuidava dos seus animais e executava as fastidiosas tarefas diárias do serviço doméstico para a mulher do seu senhor. A reserva de escravos domésticos tinha de ser constantemente repostas, pois as mulheres mantidas em cativeiro tendiam a não ter filhos.

A riqueza gerada pela escravatura foi um fator crucial na política africana. Os empreendedores indígenas acumulavam fortunas e investiam-nas nas tropas e no armamento moderno de que necessitavam para

organizar e defender as suas zonas de captura. Estes exércitos privados eram, em muitos aspetos, semelhantes às «milícias» recrutadas e armadas pelos modernos senhores da guerra da África Central e Ocidental, uma vez que governavam Estados concorrenciais formados por escravos-guerreiros e em permanente conflito. Estas disputas de território intensificaram-se à medida que o mercado de escravos se foi deslocando devido à pressão exercida pela marinha britânica. Alguns pontos de venda conseguiram manter-se ativos: na década de 1880, um número cada vez mais reduzido de negreiros passou a operar a partir de Moçambique, com a conivência das autoridades portuguesas. Noutras paragens, não era invulgar fazer de conta que nada se passava, e, em 1888, um navio de guerra inglês que patrulhava o oceano Índico intercetou 15 *dhow*s registados em França carregados de escravos.

O comércio negreiro funcionava como uma forma de ascensão social para chefes ambiciosos que desejavam elevar o seu estatuto e alargar o seu poder. Os reinos do Daomé e de Lagos, situados na África Ocidental, conquistaram poder e riqueza, no século XVIII e início do século XIX, providenciando escravos aos negociantes europeus. Em 1850, os dois Estados eram objeto de pressões cada vez mais fortes por parte da Grã-Bretanha, mas a distância impedia que essa coação se fizesse sentir no interior do continente, pelo que as franjas a sul do Sara e o interior da África Oriental, até à região dos Grandes Lagos, continuaram a fornecer aos negreiros a tão desejada matéria-prima.

Aqui vivia José de Andrade. Filho de um chefe e de uma goesa, criou um Estado praticamente independente no Oeste de Moçambique, durante as décadas de 1870 e 1880, apenas com base nos rendimentos obtidos com o tráfico de escravos. Possuía armas de fogo modernas e os seus homens percorriam as regiões vizinhas em busca de escravos, que eram depois levados até ao litoral e embarcados, sub-repticiamente, em portos portugueses com destino ao Brasil e a Cuba. Andrade era uma figura terrível e, a acreditar no imaginário popular local, sempre que avistava abutres voando em círculo perto da sua povoação mandava matar um homem ou uma mulher para lhes diminuir a fome. A sua alcunha era «Kanyemba» («o Feroz»)²⁶

Contemporâneo de Kanyemba, Al-Zubayr Rahma Mansur era um negociante caiota que operava a partir de Cartum. Na década de 1870 controlava um exército de mil homens que se dedicava à captura de escravos no Sul do Sudão e, à semelhança de Andrade, agia como o governante de um Estado independente. Os esforços retardatários envidados pelo quediva

Ismail para proibir o comércio de escravos deixaram Al-Zubayr numa posição precária. A abolição da escravatura, no Sudão, inflacionou os preços dos escravos no Cairo. Os seus agentes contrabandeavam, em média, cerca de mil cativos por ano para o Egito, pagando oito libras por cada um, em Cartum. Em 1877, os preços praticados no Cairo variavam entre 100 e 200 libras para indivíduos negros do sexo masculino, chegando a atingir as mil libras no caso das graciosas abissínicas, as preferidas dos oficiais do exército egípcio, que as queriam para suas concubinas. Os escravos destinados ao serviço doméstico eram denominados «animais falantes» pelos seus donos, que os batizavam com nomes que enfatizavam a sua condição degradada. O tratamento amável que, segundo os muçulmanos, seria dispensado aos escravos é falso. No Cairo estavam também à venda escravas brancas de origem circassiana, raptadas na fronteira turco-russa, cujo preço podia chegar às dez mil libras.²⁷

Em 1877 o quediva Ismail nomeou o coronel Charles Gordon para o cargo de governador-geral do Sudão e incumbiu-o da missão de pôr fim ao comércio de escravos. Evangélico fervoroso e determinado, Gordon Paxá acreditava, tal como Cromwell, que era um soldado escolhido pela divina providência para cumprir a vontade de Deus. Um dos seus primeiros alvos foram os negócios de Al-Zubayr, tendo derrotado o seu exército e ordenado a execução do seu filho, Suleimão, em julho de 1879. Porém, a campanha de Gordon depressa enfraqueceu, devido à crise financeira que afetou o Egito e à eclosão da revolta mahdista, no Sudão.

Al-Zubayr e Kanyemba eram tubarões, mas não faltava peixe miúdo interessado em lucrar com o tráfico negreiro. Entre eles estavam os bandos de salteadores africanos que atormentavam as povoações dispersas em redor de Souroudougou (Burkina Faso), na década de 1880. Armavam ciladas a famílias, matando os pais e levando as mulheres e os filhos, que «eram vendidos como galinhas».²⁸ Nos períodos de fome não era necessário recorrer à violência, pois os pais estavam dispostos a vender os filhos para comprar alimentos.